



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 10/2018

Período: 07/04/2018 – 13/04/2018

GEDES – UNESP

- 1- Manifestações políticas de militares foram criticadas
- 2- Forças Armadas acompanharam a mobilização do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Bernardo do Campo
- 3- Jornal relembrou prisão de Lula durante o regime militar
- 4- Dificuldade para rastreamento de munições obstruiu resoluções de crimes
- 5- Intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro: debate
- 6- Militares das Forças Armadas foram presos durante operações policiais
- 7- Livro ressaltou interferências de militares no STF durante o regime militar
- 8- Negociações entre Boeing e Embraer avançam e buscam resolver debate sobre defesa nacional
- 9- Sindicato dos Delegados pediu a transferência do ex-presidente Lula para uma unidade das Forças Armadas
- 10- Comandante do Exército participou de cerimônia no Palácio do Planalto
- 11- Documentário apresentou depoimentos de ex-delegado do Dops
- 12- STF reconheceu a necessidade de cotas raciais nas Forças Armadas

1- Manifestações políticas de militares foram criticadas

O jornalista Elio Gaspari, em sua coluna opinativa no jornal *Folha de S. Paulo*, comentou manifestações políticas feitas por militares. Segundo Gaspari, a recente declaração do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, feita na rede social Twitter [“Asseguro à nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”], “é um retumbante truísmo”. Segundo o jornalista, “ela pesa, e muito, pela ocasião: a véspera do julgamento do habeas corpus de Lula pelo Supremo Tribunal”. Para Gaspari, “falar por meio de elipses é um conhecido recurso da retórica de militares que se metem em política”. O colunista da *Folha* concluiu que “a nota do general Villas Bôas expôs o pior legado da breve Presidência de Michel Temer. Ele replantou a semente da anarquia militar, adormecida desde o fim do século passado”. Gaspari exemplificou que, ao contrário do momento atual, no governo da ex-presidenta da República, Dilma Rousseff, a manifestação do general Hamilton Mourão, que condenou “a maioria dos políticos de hoje” e pediu um “despertar para a luta patriótica”, acarretou em sua exoneração. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, afirmou que a declaração de Villas Bôas foi “infeliz”. Segundo Mendes, “não há ambiente para uma intervenção militar”. Em

coluna opinativa para *O Estado*, o jornalista e professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Eugênio Bucci, afirmou que um agente do Estado não tem o direito de “sair por aí falando (ou ‘postando’) o que lhe dá na veneta”, e que as leis limitam tais comentários. Bucci também criticou o discurso do presidente da República, Michel Temer sobre liberdade de expressão, e afirmou que para Temer “o direito fundamental da liberdade de expressão parece permitir que o general que comanda o Exército lance ameaças mais ou menos veladas contra os ministros do Supremo Tribunal e contra a sociedade”. (Folha de S. Paulo – Política – 08/04/18; O Estado de S. Paulo – Política – 09/04/18; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 12/04/18)

2-Forças Armadas acompanharam a mobilização do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Bernardo do Campo

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas (FFAA) brasileiras realizaram um acompanhamento da mobilização de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) em apoio ao ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo. Segundo o serviço de inteligência das FFAA, agentes foram infiltrados na mobilização e houve vigilância nas redes sociais. Conforme militares, um confronto entre os militantes do PT e a polícia ou grupos de oposição ao ex-presidente Lula é “um evento perfeitamente controlável pelas organizações estaduais de segurança em São Paulo e no Paraná”. Segundo o periódico, o Movimento dos Sem Terra (MST) é fator de preocupação do comando do Exército devido a sua presença em 25 Estados e por possuir integrantes que defendem a luta armada. (O Estado de S. Paulo – Política – 07/04/18)

3- Jornal lembrou prisão de Lula durante o regime militar

O jornal *O Estado de S. Paulo*, recordou a prisão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no mês de abril de 1980, durante o regime militar (1964-1985). Segundo o periódico, Lula compunha a diretoria do sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista, que estava há 17 dias em greve. Na madrugada do dia 19/04/80, policiais do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo prenderam o ex-presidente e outros operários. O delegado Armando Panichi Filho afirmou ao *O Estado* que “todos foram muito bem tratados pelo doutor Romeu [Romeu Tuma, diretor do Dops à ocasião]”. Lula confirmou, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, que não houve sessões de tortura durante o período em que permaneceu encarcerado. Segundo o jornal, Tuma e o investigador Oswaldo Machado levaram o sindicalista, sem autorização da Auditoria Militar, para visitar sua mãe Emília Ferreira Melo, popularmente conhecida como dona Lindu, que estava doente e veio a falecer pouco tempo depois. Trinta e um dias depois, todos os sindicalistas foram soltos. Lula foi detido mais uma vez durante o regime militar, porém não foi encarcerado. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/04/18)

4- Dificuldade para rastreamento de munições obstruiu resoluções de crimes

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a falta de um banco nacional com dados de munições e armas utilizadas no Brasil, dificulta o rastreamento das

munições usadas em assassinatos, como o da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco. De acordo com o periódico, a responsabilidade pelo controle do comércio de armas e munições recai sobre o Exército Brasileiro. Conforme o jornal, com o sistema de rastreamento seria possível saber se a arma usada no assassinato já havia sido utilizada em outros crimes. “Uma vez determinado se a arma foi usada por milícias, grupos de extermínio, traficantes ou integrantes de forças de segurança, o foco da investigação sobre o assassinato poderia ser mais restrito, poupando tempo e recursos dos investigadores”, afirmou a *Folha*. O Ministério da Justiça produziu uma cartilha para emendas orçamentárias de 2018, onde constava um projeto de indexação balística, o Sistema Nacional de Análise Balística (Sinab). Em 2003 foi criado o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), que prevê a necessidade de cadastrar “a identificação do cano da arma, as características das impressões” do projétil disparado, “conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante”. Segundo a *Folha*, o Comando do Exército afirmou que o Brasil “é um dos poucos países que possuem controle de rastreamento nas munições fabricadas, exigindo a marcação única na produção desse tipo de material”. Segundo a corporação, Sistema Nacional de Rastreamento (Sisnar) foi criado para monitorar os produtos durante todo o seu ciclo de vida e para rastrear sua origem quando desviada. De acordo com o periódico, o Exército declarou que as munições compradas por órgãos públicos são responsabilidade da instituição que a adquiriu e que não cabe ao Exército sua fiscalização. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/04/18)

5- Intervenção federal no estado do Rio de Janeiro: debate

De acordo com editorial do periódico *O Estado de S. Paulo*, uma pesquisa realizada pelo instituto Ipsos apontou que dois em cada três brasileiros apoiam a realização de uma intervenção federal na segurança pública de seu estado. Conforme o jornal, estes dados são resultados dos altos índices de violência e da crença, por parte da população, de que somente o uso das Forças Armadas colocaria um fim à sensação de insegurança, à má gestão da segurança pública e à “impressão de que a corrupção e o crime organizado se apoderaram da administração do Estado”. Segundo *O Estado*, a população se sente mais segura com a circulação de soldados fardados e armados nas ruas. De acordo com o periódico, isso ocorre em decorrência da desmoralização, sucateamento e corrupção que as polícias vêm sofrendo. “Nestes tempos em que as instituições democráticas são desmoralizadas, o recurso à força, mesmo na forma de uma mal-ajambrada intervenção, ganha forte apelo”, afirmou o editorial. Conforme o jornal, a intervenção foi “marcada pelo imprevisto” e o resgate da segurança pública só é possível com a aplicação de todos os instrumentos do estado. No entanto, *O Estado* destacou que a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro “tem escassas possibilidades de êxito”, em razão de premissas equivocadas e a ausência de planejamento. (O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 09/04/18)

6- Militares das Forças Armadas foram presos durante operações policiais

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, três militares das Forças Armadas, dois soldados do Exército e um da Aeronáutica,

foram presos durante uma operação de combate a milicianos no estado do Rio de Janeiro, no dia 07/04/18. A operação realizada pela Polícia Civil do estado ocorreu durante uma festa no Sítio Três Irmãos, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e apreendeu “13 fuzis, 15 pistolas, quatro revólveres, uma réplica de fuzil, algemas, simulacros de fardas, carregadores, uma granada e dez carros roubados”. De acordo com a *Folha*, ao todo, a operação deteve 142 participantes da comemoração. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Marco Aurélio Canônico afirmou que o general Richard Nunes, atual secretário da pasta de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, considerou que “a intervenção federal começa a apresentar resultados expressivos” a partir da operação. De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, integrantes das Forças Armadas foram presos em ação da Polícia Militar do Distrito Federal no dia 12/04/18. A segunda fase da Operação Paíol resultou na apreensão do militar da Força Aérea Brasileira (FAB), Thiago Ângelo Machado, e do ex-militar do Exército e ex-policial militar do estado de Goiás, Pedro Henrique Freire de Santana. Os réus são acusados por posse e porte ilegal de armas, associação criminosa armada, comércio ilegal de munições, receptação e tráfico de drogas. Desde a primeira fase, a operação confiscou 23 armas e prendeu 22 pessoas. A Aeronáutica afirmou que “repudia atitudes desta natureza e atua firmemente para coibir desvios de conduta de seus militares”. (*Correio Braziliense – Cidades – 13/04/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 09/04/18; Folha de S. Paulo – Opinião – 12/04/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 09/04/18*)

7- Livro ressaltou interferências de militares no STF durante o regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo* o livro “Tanques e Togas: o STF e a Ditadura Militar”, escrito pelo jornalista e fundador do site de cobertura do Judiciário “Jota”, Felipe Recondo, recordou a relação entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e as Forças Armadas brasileiras durante o regime militar (1964-1985). De acordo com Recondo, o período, valeu a máxima do criminalista Nelson Hungria de que “os tanques e as baionetas estão acima das leis e da Constituição”. Segundo o jornal, o autor ressaltou em sua obra que os primeiros atritos entre um “STF passivo” e o comando militar da época surgiram a partir de casos de concessão de *habeas corpus*. De acordo com Recondo, o STF contemporâneo é “livre das amarras da ditadura e responsável pelo seu próprio destino”. O autor admitiu, no entanto, o “desafio” de compreender e explicar a atuação dos ministros da última instância aos leitores. (*Folha de S. Paulo – Poder – 11/04/18*)

8- Negociações entre Boeing e Embraer avançaram e buscam resolver debate sobre defesa nacional

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, as negociações realizadas entre a empresa estadunidense Boeing e a brasileira Embraer obtiveram progresso e encontram-se perto de serem concretizadas. Para evitar as complicações relacionadas às questões de defesa nacional, a Boeing propôs a criação de uma terceira empresa para os setores de aviação comercial e executiva, de capital brasileiro e estadunidense, enquanto a aviação militar continuaria sob controle da empresa brasileira. O governo brasileiro insistiu na proposta de que a Embraer participe das decisões estratégicas da *joint-*

venture com a Boeing, com ao menos um representante no conselho na nova companhia e participação mínima de 20% no capital acionário da nova empresa. O ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, se limitou a comentar sobre o assunto, afirmando que “estamos trabalhando nisso” e as negociações “estão avançadas”. (Folha de S. Paulo – Mercado – 11/04/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 13/04/18)

9- Sindicato dos Delegados pediu a transferência do ex-presidente Lula para uma unidade das Forças Armadas

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Sindicato dos Delegados da Polícia Federal do estado do Paraná (Sindpf-PR) requisitou a transferência da prisão do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para uma repartição das Forças Armadas. O pedido foi enviado ao superintendente da Polícia Federal do estado do Paraná, Maurício Valeixo. Segundo os delegados, a Unidade da Força Aérea Brasileira seria local mais apropriado para o encarceramento de Lula por ser mais afastada da cidade de Curitiba. De acordo com o sindicato, “há comprovados riscos à população que reside no entorno do prédio da PF, aos policiais federais e aos demais integrantes do sistema de segurança pública que moram nas imediações, ao passo que alguns invasores, que já se instalaram com barracas e determinada estrutura, estão promovendo ações no sentido de intimidar as pessoas”. (*Correio Braziliense* – Política – 12/04/18; *Folha de S. Paulo* – Poder – 12/04/18)

10- Comandante do Exército participou de cerimônia no Palácio do Planalto

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, participou, no dia 11/04/18, de uma cerimônia de promoção de generais realizada no Palácio do Planalto, na cidade de Brasília. De acordo com o periódico, em discurso no evento, o presidente da República, Michel Temer, elogiou as Forças Armadas. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 12/04/18)

11- Documentário apresentou depoimentos de ex-delegado do Dops

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o documentário “Missão 115” apresentou declarações de um ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). De acordo com a *Folha*, o ex-delegado participou da ação no Riocentro, e, em entrevista para o documentário, afirmou que “se arrependeu da repressão truculenta aos opositores da ditadura militar”. O entrevistado declarou que “inicialmente, [eu atuava] como executor de operações, tirando a vida de pessoas. Depois, ocultando cadáveres. Posteriormente, fui estrategista, preparando alguns atentados”. (*Folha de S. Paulo* – Ilustrada – 12/04/18)

13- STF reconheceu a necessidade de cotas raciais nas Forças Armadas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão unânime, afirmou que as Forças Armadas reservarão 20% das vagas de concursos públicos para candidatos negros. A declaração provém da Lei nº 12.990/2014 sobre a aplicação de cotas raciais nos concursos da administração pública. Frei David Santos, presidente da organização não-governamental

Educafro, comemorou a decisão do STF, que “reconheceu um direito negado pela Aeronáutica e pelo Exército”. “Essas duas Forças chegaram a dizer, textualmente, que não admitiam as cotas em seus concursos”, afirmou Santos. (Correio Braziliense – Brasil – 13/04/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense –www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo –www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).